

Perspectivas democráticas na África contemporânea

Prospects of democracy in contemporary Africa

Emiliano Unzer Macedo*

Meridiano 47 vol. 12, n. 124, mar.-abr. 2011 [p. 15 a 21]

O continente africano a partir do processo de independência nas décadas de 1950 e 1960 apresentou um quadro de desafios em seu processo de democratização. Após o decurso de décadas sob o domínio colonial inglês, francês, belga, português, alemão, italiano e espanhol, período em que o continente foi gerido visando à exploração de recursos naturais rentáveis no mercado internacional, a África se emancipou politicamente para se ver desprovida de um quadro mínimo de burocratas, funcionários e políticos necessários para a gerência nacional. A título de exemplo, o Congo, ex-colônia belga, tinha apenas trinta graduados universitários para administrar milhares de cargos funcionais (JUDT, 2008, p.287). Não houve no decorrer do período colonial nenhuma perspectiva de se consolidar um regime político representativo e democrático, pois os governos europeus não presumiam a existência da maioria dos Estados na África (SOUTHALL, 2003, p.2).

Apesar da ocorrência de uma certa euforia inicial decorrente das independências – seu primeiro ato¹ ocorreu em 1957 com Gana e seu último com a independência da Namíbia em 1990 – tal quadro acarretou em inúmeros desafios para as nascentes nações africanas, muitas das quais agrupando incontáveis comunidades políticas locais sem terem qualquer referência histórica em comum. Ilustra-se o afirmado com o caso da Nigéria, país mais populoso do continente, composto por mais de 250 grupos étnicos diferentes.

No tocante ao contexto internacional da Guerra Fria havia concepção por parte dos EUA e URSS de que o cenário africano era palco de disputas ideológicas incentivadas ou contrabalanceadas, conforme a percepção do avanço do inimigo, como demonstrou ser o caso da longa guerra civil angolana (1975-2002).

Nessa conjuntura, forças nacionalistas do continente irromperam a partir da eclosão de suas independências, visando resguardar suas respectivas soberanias contra as pretensões das duas potências mundiais à época. Tais movimentos tinham por objetivo a obtenção de uma maior barganha política diante de uma possível ameaça por parte dessas grandes potências, como atuou inicialmente Nasser no caso de Assuã. Não havia, pois, nesse cenário nenhuma percepção de que esses recém emancipados regimes políticos deveriam primar pela representatividade interna, nem por boa governança, direitos humanos, liberdade de expressão, transparência eleitoral e tolerância de oposições políticas. Os aludidos interesses das duas potências era, antes de tudo, de cunho estratégico, político, ideológico, advindos das suas percepções de rivalidade mútua da Guerra Fria.

* Professor adjunto de África Contemporânea no departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Doutor em História Social pela FFLCH/ USP e mestre em *Postcolonial Politics* pela Universidade de Aberystwyth, País de Gales, Reino Unido (prof_emil@hotmail.com).

1 Considerando que havia três países africanos à época do desfecho da Segunda Guerra Mundial que eram independentes: Libéria, Etiópia (que havia sofrido algumas tentativas de invasão italiana nas décadas de 1880 e 1930) e Egito (que havia declarado independência da Grã-Bretanha em 1922). Em 1951, a Líbia ganhou independência da Itália com o endosso dos Aliados. Em 1956, Tunísia, Marrocos e Sudão também ganharam autonomia política. O restante do continente africano seguirá a independência de Gana (ex-Costa do Ouro), em 1957. Atualmente, o processo de independência ainda está pendente para países como o Saara Ocidental que aguarda reconhecimento universal de sua soberania política, e o Sudão do Sul que recentemente atravessou um plebiscito a respeito de sua emancipação de Cartum.

Nas décadas de 1970 e 1980, a maioria dos países africanos atravessou períodos de crise política e econômica. Juntas militares internas ocuparam posições de comando, na sua maioria através de golpes, muitas vezes sucedendo líderes carismáticos corruptos e instáveis. Não havia até então restrições de ordem internacional à ascensão de líderes autoritários com tendências megalomânicas, tais como Idi Amin (1971-1979) de Uganda ou Jean-Bédél Bokassa (1966-1979) da República Centro-Africana. Tais líderes buscaram reprimir toda forma de oposição, instituíram cultos às suas personalidades e o unipartidarismo. Grassava, pois, os casos de nepotismo e corrupção sem qualquer pretensão democrática pluripartidária.

Ditadores dominaram, portanto, a cena política africana, não tolerando nenhuma dissidência, fraudando eleições, nomeando e influenciando tribunais de justiça, comandando a imprensa, intimidando as universidades e exigindo a servilidade de todos. Era época em que seus rostos eram quase onipresentes: em cédulas de dinheiro e em incontáveis retratos nas diversas repartições públicas. Eram a eles nomeados aeroportos, estádios de futebol e hospitais. Seus discursos dominavam a mídia na rádio, televisão e no jornal. O serviço público era composto em grande parte por seus partidários e familiares. Seus oponentes, encarcerados, torturados, eliminados ou exilados. Até o final da década de 1980, nenhum chefe de Estado africano em três décadas permitiu ser sucedido no cargo por meio eleitoral livre. Dos 150 chefes de Estado que chegaram ao poder desde a independência, apenas seis resignaram voluntariamente. Dessas exceções estão Léopold Senghor, depois de vinte anos no poder senegalês, o camaronês Ahmadu Ahidjo, depois de vinte e seis anos, e Julius Nyerere da Tanzânia após vinte três anos de incumbência (MEREDITH, 2006, p. 378-379).

Em contraste, episódios no continente africano, no imediato pós-Guerra Fria, apontaram para futuros democráticos mais promissores. O pequeno Estado africano do Benim assistiu a uma onda de protestos reivindicando a queda do regime militar de Mathieu Kérékou. O país encontrava-se falido após décadas de má governança e corrupção. Assim, em janeiro de 1989 uma onda inicial de protestos estudantis alastrou-se para vários setores sociais insatisfeitos, incluindo professores, funcionários públicos, trabalhadores, organizações sociais diversas e até mesmo militares com salários atrasados. Uma assembleia constituinte foi então reunida em fevereiro de 1990, planejando eleições legislativas e presidenciais para o ano seguinte. As eleições transcorreram de maneira livre e justa de acordo com os observadores internacionais. Após as eleições, Benim havia se tornado o primeiro país africano em que as Forças Armadas e seu presidente foram depostos do poder por organizações civis (idem, 2006, p. 388-389). Nesta esteira, as eleições presidenciais em 2006 foram um atestado de êxito do sistema democrático e multipartidário do país.

Próximo dali a oeste, outro país da África ocidental atravessou um significativo processo democrático após a queda do Muro de Berlim. O regime militar de Gana, liderado pelo capitão da Aeronáutica Jerry Rawlings, no poder desde 1981, havia atravessado anos reprimindo forças opositoras que poderiam obstruir sua visão de revolução. Em 1992, após série de revoltas sociais e pressões do Fundo Monetário Internacional para adequação de sua política econômica, uma nova constituição restaurou o multipartidarismo e vêm desde então testemunhando eleições livres a serem disputadas entre os dois principais partidos políticos do país – o Congresso Nacional Democrático e o Novo Partido Patriótico. Este último partido, historicamente de oposição ao de Rawlings, subiu ao poder em 2001 para servir dois mandatos consecutivos na presidência de John Kufuor.

Em 1992 no Mali, reformas iniciais tomaram rumo a uma sociedade mais liberal e pluripartidária, graças ao então presidente Alpha Konaré. Os malineses desde então têm experimentado um clima de estabilidade democrática. A liberdade de expressão fincou raízes no país em decorrência da multiplicação do número de jornais independentes, suplantando o anterior monopólio estatal (NEW YORK TIMES, 1996). Em 2002, Konaré foi sucedido por eleições democráticas por Amadou Touré, um dos líderes da transição democrática de 1992. Mali, embora sendo um dos países mais pobres do mundo de acordo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010), atualmente figura entre os mais estáveis em termos políticos e sociais do continente.

Em termos políticos, as eleições de 2002 no Quênia foram consideradas democráticas e livres pela comunidade internacional, resultando na escolha do presidente Mwai Kibaki. Cinco anos depois novas eleições ocorreram no país, com disputada eleição entre o ex-presidente e o então candidato da oposição, Raila Odinga. Houve inúmeras acusações de fraude eleitoral provenientes de observadores internacionais, ocasionando novas recontagens do mencionado pleito. Ao final, com forte clamor internacional da mídia e de organizações tais como a União Africana e ONU, decidiu-se por um governo de coalizão: Kibaki ficara com a presidência e Odinga como primeiro-ministro.

Tal solução política evidenciou o crescente papel de organizações nacionais (sociedade civil, imprensa, organizações não-governamentais) e internacionais (União Africana, mídia internacional, ONU) diante do seu papel exercido em favor de uma maior democratização no continente.

Mesmo em casos de regimes ditatoriais como o do presidente Robert Mugabe do Zimbábue, despontou-se a presença de um líder de oposição, Morgan Tsvangirai. Nas eleições de 2002, Tsvangirai havia contabilizado 41,9% dos votos contra 56,2% para Mugabe, demonstrando a grande insatisfação popular contra o regime, mesmo com evidências de fraude eleitoral (PENNA FILHO, 2008, p. 39). Assim, crescentes pressões provenientes da sociedade, mídia internacional e governos da região, como a mediação do ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, convergiram para a chegada de um acordo político de coligação – como no caso queniano. Em decorrência disso, desde setembro de 2008, Tsvangirai ocupa o posto de primeiro-ministro.

Nos países de cunho ditatorial, a morte de seus líderes eram acompanhadas por dificuldades sucessórias, posto a inexistência de um sistema organizado de eleições periódicas, livres e transparentes. A partir da década de 1990, mudanças constitucionais vieram a fazer parte das leis maiores de inúmeros estados africanos, norteando, dessa forma, suas transições democráticas, tal como ocorrido no Quênia com Daniel Arap Moi – que governou de 1978 a 2002 – e na Zâmbia, com a saída do presidente Frederick Chiluba – cujo mandato estendeu-se de 1991 a 2002.

Neste último país, ao término do seu mandato, Chiluba foi investigado por corrupção e desvio de verbas públicas pela corte suprema de justiça do país, sendo condenado em 2007, indicando uma atuação independente do poder judiciário local (BBC, 2007). Dois anos depois, o governo da Zâmbia declarou ter conseguido recuperar 60 milhões de dólares dos recursos desviados pelo ex-presidente (BBC, 2008).

O caminho para a democratização na África do Sul foi mais conhecido. A superação histórica do regime segregacionista do apartheid, se deu por meio de encontros e reuniões políticas. Em 1991, sob o último governo branco da presidência de F. W. de Klerk, foi organizado uma ‘Convenção para uma África do Sul Democrática’ (CODESA, *Convention for a Democratic South Africa*) no qual representantes de 25 partidos de variadas matizes políticas e grupos anti-apartheid, acordaram em diretrizes para uma constituição mais pluralista e democrática. Alguns anos depois, em 1994, elegeu-se democraticamente o primeiro presidente negro do país, Nelson Mandela, gerando promissor impacto para futuras democracias no continente.

No caso de Moçambique o caminho para a democracia mostrou-se persistente. Beneficiado com índices de avanço econômico e com aumento de investimentos estrangeiros nas últimas décadas, o país conseguiu criar uma democracia que beneficiasse tanto aos interesses de sua elite como ao mercado internacional, variando dessa forma sua pauta exportadora e incrementando seus tradicionais produtos primários destinados ao mercado externo. Assim expressou Saraiva (2008, p.101):

(Moçambique) [s]oube adaptar a vida política nacional aos processos de internacionalização econômica que passaram a operar no continente na última década e no início do novo século sem perda de tempo. Moçambique buscou demonstrar ao mundo externo que é uma democracia moderna em formação e que combate os excessos gerados pela corrupção e pelo patrimonialismo.

Outro exemplo promissor é Botsuana. Antigo protetorado britânico de poucas perspectivas até a época de sua independência em 1966, o país tem explorado desde então suas riquezas minerais – dentre elas o diamante – aliadas

a políticas sociais e econômicas que resultaram num quadro de estabilidade e prosperidade. Investimentos em infra-estrutura, educação, saúde, e condições políticas transparentes favoreceram o ambiente de iniciativas privadas e os investimentos estrangeiros. O governo, desde a independência liderada por Seretse Khama e sucedido por três presidentes eleitos democraticamente, tem mostrado respeito aos bons princípios de gestão pública, mantendo seu orçamento em superávit. Como resultado, de 1966 a 2001, a renda per capita de Botsuana cresceu de uma cifra de mera subsistência para além de três mil dólares (THE ECONOMIST, 2009).

Assim como Botsuana, Senegal tem sido caso de estabilidade e transição democrática. Desde a resignação de seu líder de independência, Léopold Senghor, e ascensão de seu escolhido, Abdou Diouf em 1981, o país têm atravessado períodos de estabilidade política, encorajando um sistema multipartidário, liberdade de expressão e respeito aos princípios democráticos e de direitos humanos. Em 2000, Diouf renunciou ao poder de maneira pacífica após reconhecer sua derrota nas urnas presidenciais para Abdoulaye Wade.

Nos últimos anos, a Nigéria conseguiu se desvencilhar de seu passado de regimes militares. Seu último ditador, Sani Abacha, faleceu de ataque cardíaco em 1998, sucedendo-lhe democraticamente Olusegun Obasanjo, vencedor das eleições de 1999 e de 2003. Com a morte de Umaru Yar'Adua em 2010, eleito três anos antes, assumiu em seu lugar o então vice-presidente, Jonathan Goodluck, incumbindo-se da presidência interinamente de acordo com a decisão proferida pela corte judiciária federal do país (AL JAZEERA, 2010). A Nigéria, portanto, vem mantendo o seu rumo democrático ao realizar eleições periódicas desde 1999.

Condicionantes externos, por vezes, coibiram a eclosão de guerras civis ou desordens internas que pudessem impedir o estabelecimento de regimes democráticos. Diante desse quadro, intervenções humanitárias vieram a ter efeito de pacificação e democratização. Em 2000, após anos de conflito, uma tropa de 800 britânicos contribuiu para mudar o rumo da guerra civil em Serra Leoa. A Frente Revolucionária Unida, facção rebelde notória pela sua brutalidade na capital, Freetown, foi suprimida e desarticulada com o apoio de tropas de 'capacetes azuis' da ONU. Dois anos depois, os serra-leoninos estabilizaram-se politicamente a ponto de organizarem eleições livres (GUEST, 2004, p. 70).

A ONU atuou também persuadindo governos em conflito, como os da Etiópia e Eritreia, a entrarem em acordo de cessar-fogo em junho de 2000. No aspecto condenatório dos condicionantes externos, campanhas da opinião pública e mídia internacional contra os denominados 'diamantes de sangue' rechaçaram guerrilhas rebeldes que se financiavam dos dividendos desse mineral durante a década de 1990 em países como Serra Leoa, Angola, Chade, Congo-Brazzaville e Sudão.

O caso mais notório de conflitos internos desestabilizadores da ordem política na África no pós-Guerra Fria se deu em Ruanda, entre radicais hutus e tutsis, resultando em mais de 800 mil mortos num período de seis semanas em 1994 (GUEST, 2004, p. 112). A rivalidade étnica inconciliável na origem desses conflitos, serviu de base retórica aos interesses de partidários extremistas para enfatizar a intolerância beligerante. Frisa-se que a identidade étnica não se constitui em uma categoria atemporal e absoluta, pois há casos de países multiétnicos sem um passado de conflitos, como é o caso da Tanzânia, país composto por mais de 120 grupos étnicos diferentes, que atravessou um considerável período de paz sob o governo de Julius Nyerere (mandato de 1962 a 1985). As idéias de unidade nacional do "pai da nação tanzaniana" desarticularam possíveis manifestações segregacionistas com bases étnicas no país. Para tanto, Nyerere decretou o uso nacional da língua kiswahili, estabelecendo-a como língua franca em todo o território tanzaniano (idem, 2004, p. 144).

A liberdade de imprensa, hodiernamente, vem a ser um dos aspectos democratizantes no continente. Com mais acesso a informações variadas de inúmeras agências e organizações, a sociedade pode formar uma opinião mais crítica da sua situação política. Ao longo da década de 1980, a maioria das transmissões midiáticas e imprensa escrita eram de propriedade estatal, época em que noticiava-se apenas fatos e propagandas com viés governamental. Uma imprensa independente ou era proibida ou era sujeita às incontáveis censuras. Mas desde o fim da

Guerra Fria e com o gradual desaparecimento de regimes unipartidários no continente, a imprensa tem encontrado ambiente florescente. Em 1985 havia apenas dez conglomerados de transmissoras no continente, ao passo que em 2000 incrementou-se para mais de 300. Somente em Uganda há mais de 30 transmissoras não-governamentais e outras 100 mais com licenças de funcionamento (idem, 2004, p. 251).

A disponibilidade de telefones celulares e acessos à internet pode ser fator de militância contra regimes corruptos, possibilitando à sociedade o poder de observação e divulgação de casos de irregularidades eleitorais ou de coerção. Joseph Nye (2011) chega mesmo a considerar a comunicação em forma de redes sociais como Facebook e Twitter, além das câmeras filmadoras embutidas em celulares telefônicos, como “difusores de poder”.

Esses mesmos elementos de “difusão de poder” divulgaram para o mundo as manifestações de descontentamentos nos primeiros meses de 2011. No período em comento, a Tunísia e o Egito atravessaram períodos de sublevações populares que resultaram na derrubada de seus respectivos líderes autoritários como Ben Ali e Mubarak, este mantinha-se no poder desde 1981. Esses fatos inspiraram sociedades no norte-africano e sudoeste asiático a se manifestarem contra seus governos ditatoriais.

Neste contexto de efervescência popular em busca do ideário democrático, o regime líbio de Muammar al-Gaddafi persiste tênueamente enfrentando protestos sociais em várias cidades tomadas pelos rebeldes. A atuação de uma coalizão militar internacional sob comando da OTAN, além de pressões de governos no exterior e da mídia global, endossam a movimentação civil líbia. O mundo aguarda o desfecho dessas sublevações a caminho da democracia.

Considerando o período como um todo, a organização não-governamental Freedom House publicou um estudo sobre o avanço de regimes democráticos na África subsaariana em 2007. No relatório (FREEDOM HOUSE, 2007, p. 5), constatou-se que em 1977 havia três países classificados como regimes “livres”², 16 como “parcialmente livres” e 25 “não-livres”. Em 2007 o número de países “livres” subiu para 11, ao passo que aumentou para 22 os países “parcialmente livres”, e houve um significativo recuo de países “não-livres” para 15. Nas décadas de 1960 e 1970 não houve registro de nenhum líder africano subsaariano a ser destituído do poder por meio democrático. Na década de 1990, por sua vez, 12 países subsaarianos no continente destituíram seus líderes políticos por meio eleitorais (GUEST, 2004, p. 261).

A África, enfim, enfrenta dificuldades e desafios decorrentes da sua condição pós-colonial. Após a independência, o continente se viu mergulhado em golpes militares, guerras civis³ etc. Contudo, nas últimas décadas, algumas iniciativas políticas despontam rumo a futuros democráticos promissores, como a derrubada de regimes autoritários, realização de eleições mais freqüentes, sociedade civil mais livre, mídia mais independente e um concerto internacional mais atuante. Nesse sentido interpretou Saraiva (2008, p. 89):

Há (...) uma onda democratizante dos regimes políticos em várias partes da África. Um processo tardio, mas relevante, de consolidação de instituições e governos na África com bases menos autocráticas e com algum apelo às noções da democracia.

2 O critério “livre” adotada pela organização consiste em regimes que apresentam competitividade política, respeito pelos direitos civis, atividade cívica e mídia livre e independente. O critério “parcialmente livre” engloba regimes que manifestam algum respeito pelos direitos cívicos e liberdade política. São regimes que mantêm alguns direitos cívicos e liberdade de imprensa, e alguma atividade pluripartidária, mas com o domínio de um único partido político. O critério “não-livre” comporta aqueles regimes em que não há direitos políticos e rara presença de direitos cívicos e liberdade de imprensa. Fonte: FREEDOM HOUSE, 2007, p.3.

3 Casos pendentes de conflitos podem ser observados em Darfur, no Sudão, local repleto de populações não-árabes que militam contra as pretensões do governo pró-islâmico de Cartum. Na República Democrática do Congo, perduram, apesar dos acordos de paz de 2009, conflitos localizados na região de Kivu. Ambas as regiões contam com apoio de agências e tropas da ONU (a ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e da União Africana. A Somália ainda atravessa períodos de instabilidade civil, com sérios desafios ao estabelecimento de um governo legítimo no país.

Referências bibliográficas

- AL JAZEERA. Profile: Goodluck Jonathan. Doha, 2010, 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://english.aljazeera.net/news/africa/2010/02/20102247327794647.html>>. Acesso em 29 mar. 2011.
- BBC. Chiluba's legacy to Zambia. Londres, 2007, 4 mai. 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/1715419.stm>>. Acesso em 27 mar. 2011.
- BBC. Zambia seizes 'Chiluba millions'. Londres, 2008, 9 mai. 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7392911.stm>> . Acesso em 27 mar. 2011.
- FREEDOM HOUSE. Freedom in Sub-Saharan Africa 2007. Washington D.C., 2007. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/uploads/special_report/57.pdf>. Acesso em 29 nov. 2008.
- GUEST, Robert. *The Shackled Continent: Africa's past, present and future*. Londres: Pan Macmillan, 2004.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MEREDITH, Martin. *The State of Africa: a history of fifty years of independence*. Nova York: Simon & Schuster, 2006.
- NEW YORK TIMES. Mali's Democracy. Nova Iorque, 1996, 29 abr. 1996. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1996/04/29/opinion/mali-s-democracy.html>>. Acesso em 25 mar. 2011.
- NYE, Joseph. The Reality of Virtual Power. *Project Syndicate*, Praga, 2011, 2 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/nye91/English>>. Acesso em: 22 mar. 2011.
- PENNA FILHO, Pio. Zimbábue: renovação ou caos. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, Vol. 9, N. 93, out. 2010, p. 39-40. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/1040/704>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- PNUD. Ranking do IDH 2010. Nova Iorque, 2010, 4 nov. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>. Acesso em 25 mar. 2011.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, Vol. 51, N. 1, 2008, p. 87-104. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a05v51n1.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2010.
- SOUTHALL, Roger. *Democracy in Africa: moving beyond a difficult legacy*. Cidade do Cabo: HSRC Publishers, 2003.
- THE ECONOMIST. Democracy in Africa: a good example. Londres, 2009, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14699869?story_id=14699869>. Acesso em 20 fev. 2011.

Resumo

O presente artigo analisa as perspectivas de democratização na África desde o fim da Guerra Fria. A atuação conjunta de condicionantes internos como a sociedade civil, mídia independente, partidos políticos, e de condicionantes externos como a atuação de governos externos, organizações internacionais, mídia e sociedade global podem elucidar mudanças recentes.

Abstract

This article examines the prospects of democracy in Africa since the end of the Cold War. The joint interaction of internal constraints such as civil society, independent media, political parties, and external constraints such as foreign governments, international organizations, media and global society can elucidate our understanding of recent changes.

Palavras-chave: África; democracia; sociedades africanas.

Keywords: Africa; democracy; african society.

Recebido em 10/02/2011

Aprovado em 29/04/2011